

OBRA SOCIAL PAULO VI

Demonstrações Financeiras e Anexo

31 de dezembro de 2020



Índice

Demonstrações Financeiras	
Balanço	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas (por cada resposta social)	5
Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais	6
Demonstração Fluxos Caixa	8
Anexo	
1. Identificação da Entidade	9
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	9
3. Principais Políticas Contabilísticas	
3.1. Bases de Apresentação	9
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	10
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	12
5. Ativos Fixos Tangíveis	12
6. Financiamentos Obtidos	13
7. Custos dos Financiamentos Obtidos	13
8. Inventários	13
9. Rendimentos	13
10. Subsídios, doações e legados à exploração	14
11. Imposto sobre o Rendimento	14
12. Benefícios dos empregados	14
13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	14
14. Outras Informações	
14.1. Investimentos Financeiros	14
14.2. Créditos a receber	15
14.3. Outros ativos correntes	15
14.4. Diferimentos	15
14.5. Caixa e depósitos bancários	15
14.6. Fundos Patrimoniais	16
14.7. Fornecedores	16

14.8. Estado e Outros Entes Públicos	16
14.9. Outros passivos correntes	17
14.10. Fornecimentos e serviços externos	17
14.11. Outros rendimentos	17
14.12. Outros gastos	18
14.13. Informações genéricas	18
14.14. Acontecimentos após a data do Balanço	18

OBRA SOCIAL PAULO VI

BALANÇO
dezembro 2020

RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2020	2019
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis.....	5	599 652,49	591 791,48
Bens do património histórico e cultural.....		0,00	0,00
Activos intangíveis.....		0,00	0,00
Investimentos financeiros.....	14.1	3 355,81	2 458,06
		603 008,30	594 249,54
Activo corrente:			
Inventários.....	8	0,00	0,00
Créditos a receber.....	14.2	10 652,03	1 970,60
Estado e outros entes públicos.....	14.8	4 856,08	1 301,70
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....		0,00	0,00
Diferimentos.....	14.4	2 867,31	2 364,19
Outros activos correntes.....	14.3	326 954,91	349 770,13
Caixa e depósitos bancários.....	14.5	585 005,25	552 915,81
		930 335,58	908 322,43
Total do activo		1 533 343,88	1 502 571,97
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais:			
Fundos.....		38,58	38,58
Resultados transitados.....		1 160 132,81	1 051 772,58
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais.....		130 537,26	135 976,48
Subsídios ao investimento		130 537,26	135 976,48
Doações			
Outras variações			
		1 290 708,65	1 187 787,64
Resultado líquido do período.....		46 055,44	108 360,23
Total dos fundos patrimoniais	14.6	1 336 764,09	1 296 147,87
PASSIVO			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos.....	6	28 273,75	46 273,75
		28 273,75	46 273,75
Passivo corrente			
Fornecedores.....	14.7	3 240,28	2 049,67
Estado e outros entes públicos.....	14.8	22 186,43	20 149,79
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....		0,00	0,00
Financiamentos obtidos.....	6	18 000,00	18 000,00
Diferimentos.....		0,00	0,00
Outros passivos correntes.....	14.9	124 879,33	119 950,89
		168 306,04	160 150,35
Total do passivo		196 579,79	206 424,10
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 533 343,88	1 502 571,97

O Contabilista Certificado 12501

Ana F. Castro

A Direcção

Isabel DuarteOBRA SOCIAL PAULO VI

Av. Marechal Craveiro Lopes, 3

1700-277 LISBOA

Mary Katherine P. Silva

OBRA SOCIAL PAULO VI

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
dezembro 2020

Montantes expressos em Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS		2020	
		2020	2019	Creche	Jardim Infancia
RENDIMENTOS E GASTOS					
Vendas e serviços prestados.....	9	457 717,97	484 437,63	123 541,76	334 176,21
Subsídios, doações e legados à exploração.....	10	599 541,09	636 564,74	200 003,36	399 537,73
ISS, IP - Centros Distritais		588 099,72	597 643,98	197 028,60	391 071,12
ISS, IP - Apoios excecionais e extraordinários					
Outras entidades publicas					
Subsídios outras entidades					
Doações e heranças		11 441,37	38 920,76	2 974,76	8 466,61
Variação nos inventários da produção.....					
Trabalhos para a própria entidade.....					
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	8	-37 988,01	-51 071,31	-9 876,88	-28 111,13
Fornecimentos e serviços externos.....	14.10	-87 029,91	-111 868,45	-22 627,78	-64 402,13
Gastos com o pessoal.....	12	-836 076,60	-821 696,72	-371 425,21	-464 651,39
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões).....					
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....					
Provisões específicas (aumentos/reduções).....					
Outras imparidades (perdas/reversões).....					
Aumentos/reduções de justo valor.....	9+14.3	269,89	500,59	70,17	199,72
Outros rendimentos.....	14.11	11 944,03	30 245,14	2 955,11	8 988,92
Correções relativas a anos anteriores		2 946,00	20 434,11	984,54	1 961,46
Correções positivas de participações do ISS, IP		295,38	20 386,76	295,38	0,00
Outras correções de anos anteriores		2 650,62	47,35	689,16	1 961,46
Imputação de subsídios ao investimento		5 439,22	5 439,22	1 414,20	4 025,02
Outros rendimentos		3 558,81	4 371,81	556,37	3 002,44
Outros gastos.....	14.12	-35 041,42	-31 182,41	-2 739,57	-32 301,85
Correções relativas a anos anteriores		-25 811,42	-4 294,81	-339,77	-25 471,65
Correções negativas de participações do ISS, IP		-24 504,60	0,00	0,00	-24 504,60
Outras correções de anos anteriores		-1 306,82	-4 294,81	-339,77	-967,05
Outros gastos		-9 230,00	-26 887,60	-2 399,80	-6 830,20
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		73 337,04	135 929,21	-80 099,05	153 436,09
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	5	-27 281,60	-27 568,98	-7 093,22	-20 188,38
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		46 055,44	108 360,23	-87 192,26	133 247,70
Juros e rendimentos similares obtidos.....		0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados.....		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado antes de impostos		46 055,44	108 360,23	-87 192,26	133 247,70
Imposto sobre o rendimento do período.....					
Resultado líquido do período		46 055,44	108 360,23	-87 192,26	133 247,70

O Contabilista Certificado 12501

Ana Fcastro

A Direcção

OBRA SOCIAL PAULO VI
 Av. Marechal Craveiro Lopes, 3
 1700-277 LISBOA

Mary Katherine P. H. Odilo

OBRA SOCIAL PAULO VI

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período 2019

Descrição	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Montantes expressos em EURO		
	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transferidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos fundos patrimoniais	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	1	38,58	0,00	0,00	955 870,64	0,00	141 415,70	95 901,94	1 193 226,86		1 193 226,86
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico									0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas									0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização									0,00		0,00
Excedentes de revalorização									0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos									0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				95 901,94		(5 439,22)	(95 901,94)	(5 439,22)			(5 439,22)
	2	0,00	0,00	95 901,94	0,00	(5 439,22)	(95 901,94)	(5 439,22)	0,00		(5 439,22)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3						108 360,23	108 360,23			108 360,23
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3	0,00	0,00	0,00	0,00		12 451,23				
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos									0,00		0,00
Subsídios, doações e legados									0,00		0,00
Distribuições									0,00		0,00
Outras operações									0,00		0,00
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2019	6=1+2+3+5	38,58	0,00	0,00	1 051 772,58	0,00	135 976,48	108 360,23	1 296 147,87	0,00	1 296 147,87

O Contabilista Certificado 12501

Ana F. Castro

A Direcção

A. do Espírito SantoIsabel NicoteMargarita Rodrigues P. Pereira

OBRA SOCIAL PAULO VI

A. V. Marechal Cra veiro Lopes, 3

1700-277 LISBOA

OBRA SOCIAL PAULO VI


Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período 2020

Descrição	Fundos patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe								Montantes expressos em EURO		
	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos fundos patrimoniais	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	6	38,58	0,00	0,00	1 051 772,58	0,00	135 976,48	108 360,23	1 296 147,87	0,00	1 296 147,87
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								0,00			0,00
Alterações de políticas contabilísticas								0,00			0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								0,00			0,00
Realização do excedente de revalorização								0,00			0,00
Excedentes de revalorização								0,00			0,00
Ajustamentos por impostos diferidos								0,00			0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				108 360,23		(5 439,22)	(108 360,23)	(5 439,22)			(5 439,22)
	7	0,00	0,00	108 360,23	0,00	(5 439,22)	(108 360,23)	(5 439,22)	0,00		(5 439,22)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						46 055,44	46 055,44			46 055,44
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8						(92 314,79)				
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos								0,00			0,00
Subsídios, doações e legados								0,00			0,00
Distribuições								0,00			0,00
Outras operações								0,00			0,00
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00			0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020	11=6+7+8+10	38,58	0,00	0,00	1 160 132,81	0,00	130 537,26	46 055,44	1 336 764,09	0,00	1 336 764,09

O Contabilista Certificado 12501

Ana Castro

A Direcção


OBRA SOCIAL PAULO VI
 Av. Marechal Craveiro Lopes, 3
 1700-277 LISBOA

OBRA SOCIAL PAULO VI


DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
 dezembro 2020

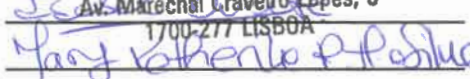
RUBRICAS	NOTAS	Montantes expressos em EURO	
		PERÍODOS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		451 482,03	483 102,55
Pagamentos a fornecedores		128 764,90	153 743,64
Pagamentos ao pessoal		816 481,65	804 329,91
Caixa gerada pelas operações		-493 764,52	-474 971,00
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		582 230,93	594 318,45
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		88 466,41	119 347,45
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:		39 661,08	0,00
Activos fixos tangíveis		38 767,20	0,00
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		893,88	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		331,17	31 261,87
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		0,00	30 890,90
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		331,17	370,97
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-39 329,91	31 261,87
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:		952,94	200,00
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações		952,94	200,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		18 000,00	18 000,00
Financiamentos obtidos		18 000,00	18 000,00
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-17 047,06	-17 800,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3) (A)		32 089,44	132 809,32
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período (B)		552 915,81	420 106,49
Caixa e seus equivalentes no fim do período (C)	14.5	585 005,25	552 915,81

O Contabilista Certificado 12501



A Direção



OBRA SOCIAL PAULO VI
 Av. Marechal Craveiro Lopes, 3
 1700-277 LISBOA


ANEXO

1. Identificação da Entidade

A **Obra Social Paulo VI**, contribuinte n.º 500 846 642, reconhecida como IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social, e registada sob o n.º 7/85, do livro n.º 2 das Fundações de Solidariedade Social em 30 de janeiro de 1985, com sede na Av. Marechal Craveiro Lopes, 1 em Lisboa. Tem como atividade a concessão de bens e a prestação de serviços sociais sem finalidade lucrativa.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, com redação dada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho.

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRFESNL) – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases Gerais de Mensuração usados na preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à capacidade de cumprir os seus fins estatutários.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos”.

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem.

Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

Pretendeu-se, nas Demonstrações Financeiras, divulgar a informação comparativa com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, procurando que as políticas contabilísticas fossem levadas a efeito de maneira consistente ao longo do tempo. Procedeu-se a alterações das políticas contabilísticas, mas as quantias comparativas não foram afetadas pela reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao custo de aquisição. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

O custo dos inventários inclui os custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de compra ou de conversão, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de um ajustamento, o qual é revertido quando deixam de existir os motivos que o originaram.

3.2.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os “*Ativos Fixos Tangíveis*” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem na forma pretendida, não incluindo qualquer estimativa para custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade possa vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Na falta de melhor estimativa para os períodos de vida útil esperada, as taxas de depreciação utilizadas correspondem às que se encontram na tabela anexa ao Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, aplicando-se esta aos bens adquiridos a partir de 01.01.2012.

3.2.3. Créditos a receber e outros ativos correntes

Os “*Créditos a receber*” e os “*Outros ativos correntes*”, encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

3.2.4. Outros ativos e passivos financeiros

Os *Ativos e Passivos Financeiros* foram reconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL), ou seja, «*ao custo, entendido como a quantia nominal dos direitos e obrigações contratuais envolvidos*».

3.2.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” inclui, caixa e os depósitos bancários e outros que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alterações de valor.

3.2.6. Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros passivos correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos sócios da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes.

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do art.º 10º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC):

“1 — Estão isentas de IRC:

a) As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;

b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas; ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.

2 — A isenção prevista na alínea c) do número anterior carece de reconhecimento pelo Ministro das Finanças, a requerimento dos interessados, mediante despacho publicado no Diário da República, que define a respectiva amplitude, de harmonia com os fins prosseguidos e as actividades desenvolvidas para a sua realização, pelas entidades em causa e as informações dos serviços competentes da Direcção-Geral dos Impostos e outras julgadas necessárias.

3 — A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas.

4 — O não cumprimento dos requisitos referidos nas alíneas a) e c) do número anterior determina a perda da isenção, a partir do correspondente período de tributação, inclusive.

5 — Em caso de incumprimento do requisito referido na alínea b) do n.º 3, fica sujeita a tributação, no 4.º período de tributação posterior ao da obtenção do rendimento global líquido, a parte desse rendimento que deveria ter sido afectada aos respectivos fins.”

Assim, esta rubrica só reconhece os impostos sobre o rendimento sujeitos a retenção na fonte e as contribuições obrigatórias para a Segurança Social.

3.2.9. Rédito

O rédito compreende o justo valor das prestações de serviços, sendo reconhecido no momento da prestação do serviço. As quotas são reconhecidas pelo seu recebimento. Os juros são reconhecidos atendendo à periodização económica.

3.2.10. Subsídios à exploração e outros

Estes subsídios são reconhecidos, sempre que possível, como rendimentos do próprio período independentemente da data do seu recebimento.

3.2.11. Subsídios ao Investimento

Os subsídios ao investimento são reconhecidos à data do acordo, em Fundos Patrimoniais, e são refletidos no resultado com a imputação de acordo com a depreciação do ativo afeto ao investimento.

3.2.12. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.2.13. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF-ESNL, a Entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos reportados, bem como os rendimentos e gastos incorridos relativos aos períodos reportados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Entidade foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- Férias e Subsídio de Férias
- Subsídios à exploração

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Designação	Saldo 01-01-2020	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo 31-12-2020
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1 130 169,02	31 742,42	0,00	0,00	0,00	1 161 911,44
Equipamento Básico	183 318,11	3 400,19	0,00	0,00	0,00	186 718,30
Equipamento Transporte	2 992,79	0,00	0,00	0,00	0,00	2 992,79
Equipamento administrativo	102 725,47	0,00	0,00	0,00	0,00	102 725,47
Outros Ativos Fixos Tangíveis	5 636,29	0,00	0,00	0,00	0,00	5 636,29
Ativos Fixos Tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 424 841,68	35 142,61	0,00	0,00	0,00	1 459 984,29
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	542 485,66	24 209,90	0,00	0,00	0,00	566 695,56
Equipamento Básico	180 592,98	1 132,84	0,00	0,00	0,00	181 725,82
Equipamento Transporte	2 992,79	0,00	0,00	0,00	0,00	2 992,79
Equipamento administrativo	102 281,05	1 938,86	0,00	0,00	0,00	104 219,91
Outros Ativos Fixos Tangíveis	4 697,72	0,00	0,00	0,00	0,00	4 697,72
Total	833 050,20	27 281,60	0,00	0,00	0,00	860 331,80
Valor Líquido	591 791,48					599 652,49

Designação	Saldo 01-01-2019	Aquisições Dotações	Abates	Transferências	Reavaliações	Saldo 31-12-2019
Custo						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1 130 169,02	0,00	0,00	0,00	0,00	1 130 169,02
Equipamento Básico	183 318,11	0,00	0,00	0,00	0,00	183 318,11

Equipamento Transporte	2 992,79	0,00	0,00	0,00	0,00	2 992,79
Equipamento administrativo	102 725,47	0,00	0,00	0,00	0,00	102 725,47
Outros Ativos Fixos Tangíveis	5 636,29	0,00	0,00	0,00	0,00	5 636,29
Ativos Fixos Tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 424 841,68	0,00	0,00	0,00	0,00	1 424 841,68
Depreciações acumuladas						
Terrenos e Recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	518 910,59	23 575,07	0,00	0,00	0,00	542 485,66
Equipamento Básico	179 837,96	755,02	0,00	0,00	0,00	180 592,98
Equipamento Transporte	2 992,79	0,00	0,00	0,00	0,00	2 992,79
Equipamento administrativo	99 271,73	3 009,32	0,00	0,00	0,00	102 281,05
Outros Ativos Fixos Tangíveis	4 468,15	229,57	0,00	0,00	0,00	4 697,72
Total	805 481,22	27 568,98	0,00	0,00	0,00	833 050,20
Valor Líquido	619 360,46					591 791,48

6. Financiamentos Obtidos

Designação	2020			2019		
	Início período	Pagamentos	Fim período	Início período	Pagamentos	Fim período
P.P.I. Irmãs Santa Doroteia	64 273,75	18 000,00	46 273,75	82 273,75	18 000,00	64 273,75
Total	64 273,75	18 000,00	46 273,75	82 273,75	18 000,00	64 273,75

Designação	Capital em dívida		
	n/Corrente	Corrente	Total
Província Portuguesa Instituto Irmãs Santa Doroteia	28 273,75	18 000,00	46 273,75
Total	28 273,75	18 000,00	46 273,75

7. Custos dos Financiamentos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. No entanto a entidade não teve qualquer encargo financeiro com empréstimos obtidos, em 2019 e 2020.

8. Inventários

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores.

Designação	Mercadorias		Matérias-Primas	
	2020	2019	2020	2019
Existência Inicial	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	0,00	0,00	27 499,58	30 780,55
Regularização de existências	0,00	0,00	10 488,43	20 290,76
Existência Final	0,00	0,00	0,00	0,00
CMVMC	0,00	0,00	37 988,01	51 071,31

9. Rendimentos

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes rendimentos.

Designação	2020	2019
Prestação de Serviços	457 717,97	484 437,63
Quotas	0,00	0,00
Utentes e comunidade	457 717,97	484 437,63

Subsídios, doações e outros	599 541,09	636 564,74
Subsídios do Estado e outros Entes Públicos	588 099,72	597 643,98
Doações e heranças	11 441,37	38 920,76
Reversões	0,00	0,00
Ganhos por aumentos de justo valor	269,89	500,59
Outros rendimentos	11 612,86	29 874,17
Juros, dividendos e outros	331,17	370,97
Total	1 069 472,98	1 151 748,10

10. Subsídios, doações e legados à exploração

A 31 de dezembro de 2019 e 2020, a Entidade tinha nas rubricas de "Subsídios, doações e legados à exploração" registado os seguintes montantes:

Designação	2020	2019
Subsídios do Governo	588 099,72	597 643,98
Instituto da Segurança Social	588 099,72	597 643,98
Creche	197 028,60	187 425,54
Jardim Infância / Pré-Escolar	391 071,12	410 218,44
Doações e heranças	11 441,37	38 920,76
Total	599 541,09	636 564,74

11. Imposto sobre o Rendimento

Esta rubrica não apresenta saldos a 31 de dezembro de 2019 e 2020

12. Benefícios dos empregados

Nenhum membro dos órgãos sociais usufrui de qualquer remuneração.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Designação	2020	2019
Remunerações	674 557,89	662 643,94
Pessoal	674 557,89	662 643,94
Indemnizações	689,28	542,00
Encargos sobre Remunerações	148 929,54	145 850,94
Pessoal	148 929,54	145 850,94
Seguro de A. de Trabalho	7 373,76	7 163,72
Outros Gastos com o Pessoal	4 526,13	5 496,12
Total	836 076,60	821 696,72

13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

14. Outras Informações

14.1. Investimentos Financeiros

A 31 de dezembro de 2019 e 2020, a Entidade tinha nas rubricas de "Investimentos Financeiros" registado os seguintes montantes:

Designação	Saldo 01-01-2020	Aquisições	Aumentos	Reduções	Saldo 31-12-2020
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	2 458,06	897,75	0,00	0,00	3 355,81
Fundo Reestruturação Setor Solidário	381,04	0,00	0,00	0,00	381,04
Fundo Compensação do Trabalho	2 077,02	897,75	0,00	0,00	2 974,77
Total	2 458,06	897,75	0,00	0,00	3 355,81

14.2. Créditos a receber

A 31 de dezembro de 2019 e 2020, apresentava os seguintes saldos:

Designação	2020	2019
Cientes e Utentes		
Utentes c/c	10 652,03	1 970,60
Total	10 652,03	1 970,60

14.3. Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes", tinha em 31 de dezembro de 2019 e 2020, a seguinte decomposição:

Designação	2020	2019
Outros Instrumentos financeiros detidos p/a negociação	266 800,92	266 531,03
Cx Gest *1	231 800,92	231 531,03
Cx Taxmix Mar 2021	35 000,00	35 000,00
Fornecedores	2 848,12	1 692,06
Adiantamentos a Fornecedores	2 848,12	1 692,06
Pessoal	389,19	0,00
Remunerações a pagar	389,19	0,00
Outros devedores	56 916,68	81 547,04
Entidades do Estado	56 904,68	81 547,04
ISS	56 904,68	81 547,04
Outros	12,00	0,00
Total	326 954,91	349 770,13

*1 Aumento Justo Valor Cx Gest 269,89€

14.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2020, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Designação	2020	2019
Gastos a reconhecer		
Seguros	2 867,31	2 364,19
Outros	0,00	0,00
Total	2 867,31	2 364,19

14.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", em 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:



Designação	2020	2019
Caixa	407,91	1 732,39
Depósitos à ordem	59 597,34	31 183,42
Outros depósitos bancários	525 000,00	520 000,00
Total	585 005,25	552 915,81

14.6. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Designação	Saldo 01-jan-20	Aumentos	Diminuições	Saldo 31-dez-20
Fundos	38,58	0,00	0,00	38,58
Resultados Transitados	1 051 772,58	108 360,23	0,00	1 160 132,81
Outras variações nos fundos patrimoniais	135 976,48	0,00	-5 439,22	130 537,26
Subsídios Investimento	135 976,48	0,00	-5 439,22	130 537,26
Valor de 2019	135 976,48			135 976,48
Imputação de subsídios		0,00	-5 439,22	-5 439,22
Doações	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período	108 360,23	46 055,44	-108 360,23	46 055,44
Total	1 296 147,87	154 415,67	-113 799,45	1 336 764,09

14.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" e "Fornecedores de Investimentos" é discriminado da seguinte forma:

Designação	2020	2019
Fornecedores c/c	3 240,28	2 049,67
Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Total	3 240,28	2 049,67

14.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Designação	2020	2019
Ativo		
Imposto s/ Rendimento - IRC	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	4 856,08	1 301,70
*Ao abrigo Dec.Lei 20/90 e referente a obras	3 273,89	0,00
*Ao abrigo Dec.Lei 20/90 e referente equipamento	936,39	929,38
*Ao abrigo Dec.Lei 20/90 e referente Alimentação e bebidas	645,80	372,32
Total	4 856,08	1 301,70
Passivo		
Retenção Imposto s/ Rendimento - IRS	5 589,00	5 031,75
Contribuições para a Segurança Social	16 514,56	15 039,37
Outros Impostos e Tributações	82,87	78,67
Total	22 186,43	20 149,79

14.9. Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Designação	2020	2019
Clientes e Utentes	1 026,57	0,00
Adiantamento de utentes Cofre	1 026,57	0,00
Pessoal	389,18	117,17
Outras operações com pessoal	389,18	117,17
Credores por acréscimos de gastos	123 144,04	118 875,67
Remunerações a liquidar	122 198,37	116 907,67
Subsídio de Férias e Férias a Liquidar	100 093,58	95 767,58
Encargos sobre F+S. Férias a Liquidar	22 104,79	21 140,09
Outros Acréscimos	945,67	1 968,00
Outros credores	319,54	958,05
Total	124 879,33	119 950,89

14.10. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos de 2019 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Subcontratos		
Trabalhos especializados	27 348,00	28 484,94
Vigilância e segurança	13 564,47	13 836,09
Honorários	2 196,74	7 322,18
Conservação e Reparação	7 856,95	13 148,50
Serviços bancários	1 274,19	3 243,35
Ferramentas e Utensílios Desgaste Rápido	1 223,14	1 647,67
Material de escritório	403,76	1 197,32
Artigos para oferta	0,00	118,97
Material didático	601,76	494,08
Rouparia	230,34	0,00
Artigos saúde utentes	108,61	182,26
Jornais e revistas	57,00	55,00
Eletricidade	5 220,68	4 915,00
Combustíveis	264,41	362,15
Água	7 104,79	8 567,43
Gás	9 153,88	7 771,62
Deslocações e Estadas	52,10	7 044,50
Transportes de pessoal	41,50	127,85
Transportes de mercadorias	1 107,00	4 747,80
Rendas e alugueres	0,00	165,10
Comunicação	2 156,58	2 195,38
Seguros	808,61	1 509,69
Limpeza, higiene e conforto	5 999,10	4 166,18
Outros Serviços	256,30	565,39
Total	87 029,91	111 868,45

14.11. Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:



Designação	2020	2019
Rendimentos Suplementares	1 687,00	3 904,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	114,34	96,84
Recuperação de dívidas a receber	1 418,92	0,00
Outros Rendimentos	8 392,60	25 873,33
Correções períodos anteriores	2 946,00	20 434,11
Imputação de Subsídios para Investimento	5 439,22	5 439,22
Outros	7,38	0,00
Juros, dividendos e outros rendi/os similares	331,17	370,97
Total	11 944,03	30 245,14

14.12. Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Designação	2020	2019
Outros	35 041,42	31 182,41
Correções relativas a períodos anteriores	25 811,42	4 294,81
Donativos	8 940,00	8 167,20
Quotizações	290,00	290,00
Ofertas e Amostras de Inventários	0,00	18 430,00
Outros não especificados	0,00	0,40
Total	35 041,42	31 182,41

14.13. Informações genéricas

O número médio real de utentes e pessoal ao serviço foi, em 2019 e 2020, o seguinte:

Designação	2020		2019	
	Utentes	Funcionários	Utentes	Funcionários
Creche	57	23	66	24
Jardim Infância	166	23	175	23
Total	223	46	241	47

14.14. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2020

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Tal como previsto e atendendo às “Medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19”, declarada pela Organização Mundial de Saúde, como pandemia em 11 de março de 2020, houve um impacto significativo na atividade económica mundial em virtude dos constrangimentos causados ou mesmo impossibilidade de uma atividade em pleno.

A Obra Social não foi exceção e viu os seus meios financeiros reduzidos atendendo uma vez que ambas as respostas sociais estiveram encerradas, por via do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março. O impacto económico que as medidas de combate ao COVID-19, tiveram sobre esta entidade é de cerca de 6% na faturação, e cerca de 8% na comparticipação da Segurança Social, por quebra do n.º. de utentes. Assim em termos gerais a Obra Social teve uma quebra de rendimento na ordem dos 7%, não tendo esse impacto igual decréscimo em termos de gastos, pois aqui a redução foi só na ordem dos 2%.

Nesta data sabemos já que em 2021 existem ainda constrangimentos causados pelo coronavírus SARS-CoV-2 e da doença COVID-19, que terão com certeza impacto na situação financeira da Obra Social Paulo VI.

Queluz de Baixo, 7 de dezembro de 2021

O Contabilista Certificado, 12501

Ana Teodoro

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2020 foram aprovadas pela Direção.

A Direção

Lisboa, 22 de Dezembro de 2021

Isabel

OBRA SOCIAL PAULO VI
Av. Marechal Craveiro Lopes, 3
1700-277 LISBOA

Mary Katherine R. H. editue

→ ATA NÚMERO CINQUENTA E UM
Aos dezasseis dias do mês de Dezembro de
dois mil e vinte e um, a OBRA SOCIAL PAU-
LO VI sito na Av. Marechal Craveiro Lopes, nú-
mero três, mil e setecentas e duzentas e oitenta e quatro, Lisboa reuniu o Conselho Fiscal
para analisar as contas de dois mil e

viuê

Tei parecer do Conselho Fiscal ter havido uma
gestão equilibrada e correta.

Não havendo mais nada a tratar concluiu-se
a sessão e desta se lavrou a presente ata
que é assinada segundo a constituição
do Conselho Fiscal

Lisboa, dezasseis de Dezembro de dois mil e vinte e um
Presidente: Maria Manuel Campos Oliveira

1.º vogal: Maria da Conceição Rodrigues das Juntas
2.º vogal: H. da Cunha Rodrigues

→ Ata número dezentos e sessenta e oito
Nos dezasseis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas dez horas, reuniu a Direção da Obra Social Paulo VI, com sede na Avenida Marechal Craveiro Lopes, número três, mil setecentas e dezentos e setenta e sete, Lisboa, a fim de proceder à aprovação das Contas de Beneficência de dois mil e vinte; depois de lidas as contas de dois mil e vinte, tendo em conta o parecer do Conselho Fiscal, a Direção constatou que o resultado das contas em euros é de 46.055,44 (quarenta e seis mil e cinquenta e cinco euros e quarenta e quatro cêntimos). Este valor foi aprovado por todos os elementos da Direção. Terminada a reunião, levantou-se a presente Ata, que após lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Direção.

Lisboa, dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e um.

Presidente: Amélia Pereira

Secretária: Isabel Duarte

Tesoureira: Isabel Duarte

Secretária: Mary Katharina Sileo